

A relação sistêmica de parentela e de clientelismo em parlamentares paranaenses agentes do campo midiático estadual¹

André Kron M. ZAPANI²
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

O clientelismo é característica marcante e quase indissociável do campo político brasileiro. As relações de troca e barganha envolvendo a coisa pública e as demandas pessoais extrapolam uma exclusiva área de interesse e passam a interagir com outros campos do poder de abrangência local, regional e nacional a fim de manter, converter e acumular capitais simbólicos. É nesse contexto de sustentação e ampliação que emerge a formação de redes de poder. Desta forma, esse estudo interdisciplinar visa analisar, na delimitação temporal de 1994 a 2017, relações de poder e de parentela (Mattoso, 1992; Oliveira, 2001; 2012) de alguns dos principais deputados federais paranaenses integrantes e titulares da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), importante órgão técnico de assessoramento sobre políticas de comunicação, e suas relações de clientelismo com o campo midiático comercial – “Coronelismo Eletrônico” (Santos e Capparelli, 2005).

PALAVRAS-CHAVE: clientelismo; parentela; coronelismo eletrônico; coronelismo; CCTCI

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa trazer à tona o conceito multidisciplinar do clientelismo, a fim de nos apropriarmos de seus predicados, de seus agentes atuantes, de seu lócus de pertinência, de suas conexões de poder e de suas condições de existência e manutenção a fim de fazermos uma leitura da recente conjectura política e midiática brasileira, restringindo como objeto de análise empírica os deputados federais paranaenses que são/foram integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação do Congresso Nacional (CCTCI), a partir de 1994³.

A fim de cumprir esse objetivo, esse artigo realizará uma breve revisão conceitual sobre o clientelismo empregado no contexto político brasileiro e, em seguida, será feita

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e Integrante do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP/UFPR) e do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia Política da Informação e da Comunicação (PEIC/UFRJ). Email:andrekron@gmail.com

³ Foi delimitado como marco temporal inicial o ano de 1994 tendo em vista que somente estão disponíveis documentos da CCTCI, no site da Câmara dos Deputados, a partir deste ano.

uma conexão analítica com as relações indissociáveis e vitais de parentela para a perpetuação das relações de clientelismo nas conjecturas de poder atuais. Em seguida, dando um viés interdisciplinar nesse artigo, será abordada a transposição dos capitais adquiridos nos espaços midiáticos para os políticos, visando a uma leitura contemporânea do clientelismo em um contexto político-midiático, abordando dessa forma um sistema maior, superior e circundante ao clientelismo - o coronelismo eletrônico. Nesse ínterim, será realizado um levantamento de correlações familiares entre os parlamentares que foram titulares por no mínimo um ano na CCTCI, com o intuito de evidenciar a relevância entre esses campos de forças interdependentes e projetar possível relações de interesses pessoais entre os deputados em questão. Por fim, será estudado as questões de parentela e suas apropriações no contexto das barganhas e da rede de interesses público-privados.

2. RELAÇÕES SISTÊMICAS DE CLIENTELISMO

Antes de se iniciar um esboço de debate introdutório sobre as ações conceituais de clientelismo, é mister entendermos o sistema que o engloba (coronelismo), bem como observarmos outros aspectos que formam esse organismo macro e que atuam sobrepostas às relações de clientelismo nesse universo sistêmico a fim de dá-lo uma sustentação e uma legitimidade de poder. Nesse escopo, podemos definir como entes estruturantes e endógenos ao coronelismo: o patrimonialismo, o latifúndio, o voto, o amplo aspecto espacial de atuação do coronel (local, estadual, regional e nacional), o mandonismo, a coerção física e psicológica e os que serão analisados neste artigo - as relações de parentela e o clientelismo ora mencionado.

Agora, o que vem a ser o clientelismo? Indagação simples de interpretações díspares, conflituosas e imprecisas que encontram nas matrizes disciplinares da Sociologia, da História, do Direito e com mais tradição de debates nas Ciências Políticas e na Antropologia diversas abordagens interpretativas que, segundo José Murilo Carvalho, vêm sendo discutido de maneira pouco consistente, tendo em vista que “o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido às confusões ou imprecisões conceituais” (2005, p.130). Estudos esses que se iniciaram a partir da metade do século passado e que encontram atualmente releituras e busca por novas abordagens, quer mais aprofundadas ou mais resumidas que proporcionam um amplo debate acerca do conceito ou de “aproximações” conceituais que não convêm ser abordadas nessa pesquisa. Esse opção

se deve a uma demanda de mais imersão em outras áreas, de seleções mais apuradas de autores na discussão teórica e da necessidade de muito mais tempo de dedicação, o que retiraria o foco do objeto de análise interdisciplinar desse artigo.

Todavia, mesmo ante à pluralidade de fontes díspares e à polissemia do termo, três aspectos no clientelismo reiteram-se no seu percurso histórico, independentemente de seu marco temporal. Segundo Braga; Nicolás; Becher (2012), podemos observar, primeiro, uma relação de troca entre o patrão (político) e seu cliente (eleitor potencial ou real) baseada na transferência de recursos no sentido descendente e, em seguida, uma relação assistencialista e personalizada entre um político e sua clientela (real ou em potencial) em qualquer dimensão, quer seja em campanha eleitoral ou em exercício de mandato, estabelecendo uma relação assimétrica de poder e de barganha entre as partes envolvidas nesse jogo. Um outro fator universal que podemos incluir nesse conceito seria o emprego da coisa pública em prol de demandas pessoais “como estratégia para a aquisição, conservação e aumento de poder político” (PIATTONI, 2001, p.2).

Longe de esgotar a discussão sobre o assunto, mas a fim de dar continuidade ao desenvolvimento de outros tópicos dessa pesquisa, me utilizo de uma abordagem genérica, mas bem atual e pertinente, sobre o conceito em questão: trata-se de uma relação desproporcional e assimétrica que envolvem agentes políticos (candidatos em eleição, parlamentares, integrantes do executivo, burocratas nomeados) e agentes da sociedade civil (eleitores, potenciais eleitores, cabos eleitorais, influenciadores políticos) que se interagem em ações de conluio na qual o primeiro visa à conquista de votos do segundo para si ou para outrem de sua indicação que, em contrapartida, requerem prestação de serviços, assistências pessoais, transferência e doações personalistas de bens para um coletivo local, baseados na influência que o político tem, diretamente ou como intermediário, no acesso ao recursos públicos.

É interessante também destacar que o clientelismo não se situa exclusivamente em uma lócus de disputa, ele é um conceito ambivalente que tangencia diversos campos de poder. Podemos notar com mais destaque a sua inserção nas tratativas políticas por ocasião do jogo em que é jogado nesse campo. Mas ele se faz presente também em espaços econômicos principalmente quando a moeda de barganha são as cessões de emendas parlamentares, de aquisições ilegais de voto (voto mercadoria) e da liberação de verbas diversas. Um caso exemplar desse contexto, segundo Moser e Wurmeister (2016) e Voitch (2016), é que 80% dos municípios paranaenses (322 de 399) dependem de

repasses de receitas de um fundo federal (Fundo de Participação dos Municípios)⁴ que contabiliza quase metade da renda orçamentária das cidades. É o caso do município de Guamiranga que, segundo Antonelli (2016), quase 80% de seu orçamento é dependente desse Fundo. O quadro econômico depauperado e subordinado à Federação da maioria dos municípios paranaenses sofre grande impacto pelas restrições numerárias desses repasses federais. Nesses casos regionais, podemos fazer referência e nos apropriarmos do conceito de *pork barrel* que tem presença majoritária e recorrente na cultura política americana em que parlamentares se utilizam de recursos públicos em benefício de seus próprios municípios em uma lógica de práticas políticas de cunho personalíssimo a fim de se eleger ou se reeleger, em uma narrativa clientelística.

Comparação análoga de clientelismo podemos fazer no campo midiático, em que a instrumentalização dos meios de comunicação por agentes de poder visam à divulgação de informações e de notícias para atender interesses pessoais ante aos coletivos e à opinião pública. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) foi sancionado por João Goulart com 52 vetos presidenciais que foram todos, de maneira inédita, derrubados em um curto espaço temporal de três meses por reação e pressão dos radiodifusores sobre os parlamentares da bancada da radiodifusão. Este poder empresarial midiático era tão evidente que, logo após os vetos finais, 213 radiodifusores, liderados por Pedro Calmon, a fim de consagrar a vitória, fundaram a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (ABERT) que foi presidido pelo diretor-geral do SBT em Brasília, nos mandatos 2012-2014; 2014-2016, Daniel Slaviero, irmão do atual vice-prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel.

Outro caso marcante das relações de clientelismo ocorreu no mandato presidencial do General Figueiredo (1979-1985) quando foi concedido providencialmente um canal de televisão (TV Carimã) ao deputado federal paranaense José Carlos Martinez (PDS), no município de Cascavel, extrapolando o limite de canais previstos no Plano Básico de Distribuição preparado pelo Ministério das Comunicações.

A revista *Veja*, de 27 de março de 1985, foi incisiva ao abordar essa “possível” troca de favores entre o executivo e o legislativo, quando demonstrou que o “processo foi

⁴ Segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a União repassou para os municípios paranaenses o FPM nos valores de R\$ 3,9 trilhões (2013) e R\$ 4,3 trilhões (2014). Esse fundo é repartido pelo seguinte critério: 10% são divididos entre as capitais dos estados com base na população e no inverso da renda per capita; 3,6% reservado para o fundo suplementar e 86,4% são divididos entre os municípios que não são capitais. Destes, 96% são divididos com base na população do município. A Constituição Federal determina que 23,5% da arrecadação, pela União, dos impostos de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) sejam destinados ao FPM.

particularmente curioso”. A outorga do canal foi publicada em 5 de dezembro de 1984, mas não havia frequência para sua operação disponível para Cascavel. A solução foi, em 4 de fevereiro de 1985, publicar uma portaria “mexendo no Plano Básico de Distribuição para nele incluir a cidade paranaense” (VEJA,1985)

Esta política nacional é evidenciada pela formação de monopólios e oligopólios até hoje de elites regionais e locais que se prevalecem do privado e do econômico em detrimento ao público e ao cultural, social e artístico, bem como restringe (e não fiscaliza nem pune) os parlamentares e integrantes do executivo de serem proprietários ou diretores de empresas de comunicação.

Outro exemplo clássico desse clientelismo na área midiática ocorreu em meados da década de 80, quando o então Ministério das Comunicações detinha o poder exclusivo de realizar as concessões de rádio e TV comerciais. Sendo assim, o então presidente da República José Sarney, assessorado por cinco anos pelo seu chefe de pasta, Antônio Carlos Magalhães (ACM), no período entre março de 1985 e setembro de 1988, distribuiu 1.028 outorgas de rádio e TV, a maioria para os políticos aliados que votaram a favor da dilação temporal de mais um ano no seu mandato presidencial (90,1%) e que foram favoráveis à manutenção do sistema presidencialista (92,3%), sendo 25% delas no mês de setembro de 1988, que antecedeu a promulgação da Constituição.

Nos governos seguintes, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, as práticas de barganha envolvendo a *reles publica* e os interesses pessoais continuaram presentes. FHC foi acusado de fazer uso político por ocasião da concessão de 1.848 licenças de repetidoras de TV a entidades controladas por 87 políticos, entre os anos de 1995 e 1996, segundo Bayma (2001). Já no primeiro mandato de Lula, as acusações de utilizar as concessões radiofônicas como clientelismo eleitoral se mantiveram. Conforme divulgado pela jornalista Laura Mattos (2003), os primeiros lotes de rádios comunitárias foram outorgados a 600 municípios que receberam verbas do Programa Fome Zero. Essa ação desagradou aos militantes do movimento de defesa da rádios comunitárias que defendiam a dissociação de programas de governo aos interesses políticos-eleitorais⁵

⁵ Para entender melhor o conteúdo da discussão, ler na íntegra as matérias de autoria de Laura Mattos: “Governo usa Fome Zero como critério para distribuir rádios” e “PT patrocina emissora pirata em Guaribas”, página A4, Folha S.Paulo, de 6 out. 2003.

3. A O ESTADO E OS ARRANJOS PÚBLICOS-PRIVADOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Comunicação Social passou a ter mais projeção nas agendas de discussão públicas, principalmente quando se nota a inclusão inédita de um capítulo específico para o tema (capítulo V) e passou a ter um tratamento, pelo menos na sua elaboração, isonômico à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), à educação, à cultura, ao desporto, à ciência e à tecnologia, ao meio ambiente, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos índios, requerendo uma regulação e atenção do Estado.

É nesse contexto “inovador” que surgem dois órgãos auxiliares do Congresso Nacional que tem a finalidade de realizar estudos, pareceres e recomendações de assuntos midiáticos – o Conselho de Comunicação Social e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, sendo que essa é o objeto de análise deste artigo. A CCTCI, uma das 20 comissões permanentes da Câmara dos Deputados, que é constituída por 42 (quarenta e dois) deputados titulares e igual número de suplentes. Atua como órgão técnico da Casa, apoiada por consultores legislativos e servidores administrativos e tem por finalidade como Comissão Permanente de

“apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer acompanhamento dos planos governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos das áreas de atuação [midiático]” (BRASIL, 2017, Art. 22)

Especificamente dentro de seu escopo temático de atuação, várias atribuições lhe são conferidas conforme previsto no inciso III, do Art. 32 do Regulamento Interno da Câmara, mas, especificamente, gostaria de ressaltar dois aspectos: a regulação sobre os meios de comunicação social e a liberdade de imprensa e, principalmente, “a outorga e renovação da exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens [TV]”. A composição dessa Comissão é um caso excêntrico que carece uma breve análise a fim de fazermos uma intersecção com o clientelismo em questão.

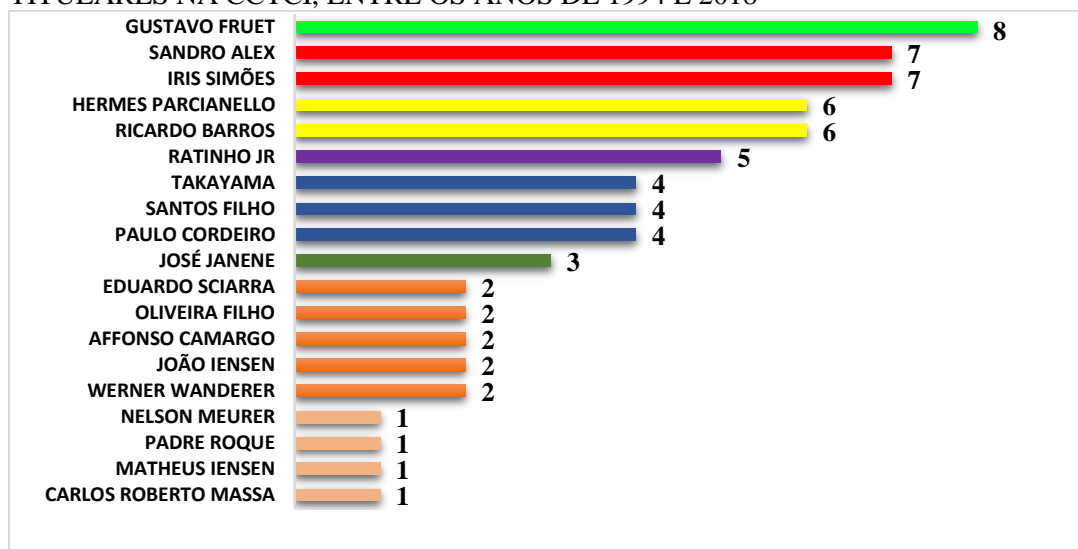
Curiosamente, diversos parlamentares federais são/foram sócios ou associados de concessões de radiodifusão e compuseram/compõem a CCTCI, bem como outorgam e renovam suas próprias concessões ou facilitam as de seus familiares, apadrinhados ou “laranjas”. Podemos incluir nesta ilegal convergências de interesses, os paranaenses João Batista (Rádio Atalaia – Londrina), José Carlos Martinez (Rádio e TV OM Ltda. – Curitiba), Oliveira Filho (Safira Radiodifusão Ltda.– Mamborê), Ricardo

Barros (Frequência Empreendimentos de Comunicação – Maringá) e os mais recentes Sandro Alex, vice-presidente desta comissão, até abril de 2018; Ratinho Júnior, ex-presidente da subcomissão permanente de radiodifusão e integrante titular até 2009. Segundo GAZETA DO POVO (2018), 15% das rádios no Paraná são de posse de políticos do estado. Este levantamento foi baseado em 54 emissoras de rádio das 355 com registro no governo federal e foram identificados pelo menos 45 donos de rádio que exercem, ou exerceram, cargos eletivos.

No entanto, a Constituição Federal é bem enfática ao proibir que parlamentares sejam “proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada” (BRASIL, 1988, Art.54). Da mesma forma, nenhum deputado ou senador, conforme publicado no Regimento Interno da Câmara/Senado, pode legislar em causa própria ou em assuntos em que tenha interesse particular, “deverá o deputado dar-se por impedido e fazer comunicação nesse sentido à Mesa, sendo seu voto considerado em branco [...]” (BRASIL, 2017, Art. 180).

Neste íterim, segue um levantamento quantitativo dos deputados federais eleitos pelo Paraná, entre a 49ª e 55ª legislatura (1994-2018), que foram/são titulares da CCTCI por um período maior que um ano e os anos em que estiveram em atividade, não contando, desta forma, os deputados suplentes e os parlamentares que tiveram um mandato nessa Comissão menor que doze meses.

GRÁFICO 1 – PARLAMENTARES PARANAENSES E O TOTAL DE ANOS COMO TITULARES NA CCTCI, ENTRE OS ANOS DE 1994 E 2018



FONTE: MCTIC (2018)

Nesse lapso temporal entre a 49ª e a 55ª legislaturas, 24 anos, passaram pela CCTCI centenas de parlamentares paranaenses entre suplentes e titulares, com mandatos longevos, como é o caso do deputado Sandro Alex (PSD), que ingressa em 2018 em seu oitavo ano consecutivo, até poucos tempo de atividade política, exemplo do Professor Sérgio Oliveira (PDT), que ficou pouco menos de dois meses em 2015. Todavia, segundo o gráfico 1, restritos 19 políticos foram titulares no mínimo por um ano nessa comissão, sendo que 15 se reelegeram pelo menos por mais um ano.

Baseados nos parlamentares do gráfico acima, em seguida, no quadro1, será realizada uma breve síntese de suas trajetórias no campo político-legislativo e midiático, aspectos esses que sustentam um estudo do clientelismo/ coronelismo, bem destaca outros apontamentos que carecem de estudos posteriores mais aprofundados, tendo em vista a variedade de enfoques e as diversas análises que podem ser feitas com as informações e dados em questão

QUADRO 1 – PARLAMENTARES TITULARES DA CCTCI (+ 1 ANO) E SEUS VÍNCULOS COM A RADIODIFUSÃO

PARLAMENTAR	BASE ELEITORAL	FUNÇÕES POLÍTICAS (Vigência mandatos)	VÍNCULOS COM EMISSORAS RADIODIFUSÃO	VÍNCULO FUNCIONAL MUDIÁTICO	OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS
Gustavo Fruet	Curitiba	Vereador (97-99) Deputado Federal (99-11) Prefeito (13-16)	-	-	-
Sandro Alex	Ponta Grossa	Deputado Federal (11-19)	Filho do proprietário das Rádios Mundi e Central (Ponta Grossa)	Radialista	- Esposa tem franquia de casa de festas - Franquia lanchonete
Iris Simões	Curitiba	Vereador (93-99) Deputado Federal (99-07)	Ex-sócio Rádio T	Apresentador programas de televisão e rádio	-
Hermes Parcianelo	Cascavel	Vereador (82-92) Deputado Federal (95-19)	-	-	-
Ricardo Barros	Maringá	Prefeito (89-93) Deputado Federal (95-19) Ministro Saúde (16-18)	Ele é um dos donos da Rádio Nova Ingá (Maringá), ao lado do ex-deputado federal Pinga Fogo. A rádio Difusora de Maringá tem entre os proprietários a governadora Cida Borghetti, esposa de Barros, e Gilberto Braz Palma, filho do ex-deputado estadual Divanir Braz Palma.	-	Latifundiário
Ratinho Jr	Curitiba	Deputado Estadual (02-06; 15-19) Deputado Federal(06-14)	Filho do proprietário da Rede Massa	Radialista	Rede hotelaria, e alimentícia, bebidas, fazendas

Takayama	Curitiba	Vereador (89-93) Deputado Estadual (96-01) Deputado Federal (03-19)	-Proprietário da Rádio Difusora Elite (Pato Branco) -Parente das proprietárias da Rádio Dimensão FM (Lapa) -Rádio Gospel FM (Curitiba)	Apresentador de programas religiosos diários em duas rádios	Empresário
Santos Filho	Curitiba	Deputado Federal (75-79; 83-87; 99-03)	-Proprietário Rádio Aline FM (Umuarama) -Fundador da Rádio Ingamar (Marialva)	-	-
Paulo Cordeiro	Curitiba	Deputado Federal (05-09)	Sócio Rádio Clube FM (Curitiba)	-	Empresário setor imobiliário
José Janene	Londrina	Deputado Federal (95-03)	Viúva proprietária Rádio Princesa AM (Roncador)	-	-
Eduardo Sciarra	Cascavel	Deputado Federal (03-14)	-	-	Empresário setor construção
Oliveira Filho	Curitiba	Deputado Federal (99-07)	Safira Radiodifusão Ltda (Mamborê, Araucária e Catanduvas)	Locutor, noticiarista, programador, apresentador e diretor de diversas rádios em SP, RS, Portugal e PR	-
Afonso Camargo	Curitiba	Senador (79-95) Ministro Transportes (85-86) Ministro Transp e Com. (92) Deputado Federal (95-11) Vice-governador (64-65)	-	-	-
Werner Wanderer	Marechal Cândido Rondon	Prefeito (66-70) Deputado Estadual (75-90) Deputado Federal (91-03)	-Sócio Rádio AM Educadora e Rádio Atlântida FM (Mal Cândido Rondon) -Sócio Rádio Grande Lago Ltda (Santa Helena)	-	Latifundiário
Nelson Meurer	Francisco Beltrão	Prefeito Fco Beltrão (89-93) Deputado Federal (95-)	-	-	Comerciante Agropecuarista
Padre Roque	Ponta Grossa	Deputado Federal (95-03)	-	-	-
João Jensen	Curitiba	Deputado Estadual (91-95) Deputado Federal (95-99)	Rádio Marumby e Rádio Novas de Paz (Curitiba)	-	-
Matheus Jensen	Curitiba	Deputado Federal (87-95)	Rádio Marumby Rádio Novas de Paz (Curitiba) Rádio Diário da Manhã (Florianópolis)	Diretor e apresentador do programa musical evangélico	-
Ratinho	Curitiba	Vereador Jandaia Sul (77-88) Vereador Curitiba (89-91) Deputado Federal (91-95)	Proprietário Rede Massa	Apresentador TV	Empresário redes hotelaria, e alimentícia e bebidas,; Fazendeiro

FONTES: MCTIC (SIACCO/SET.17); Câmara dos Deputados; QUADROS et al (2010); site das emissoras

Podemos observar que dos 19 políticos acima especificados, 13 são proprietários, sócios ou tem em no nome de algum dependente direto (cônjuge e/ou filhos) o registro de

alguma emissora de rádio e de TV comercial. É sempre importante destacar a dificuldade de se obter informação oficiais referentes às pessoas dotadas de riqueza, onde se incluem os verdadeiros proprietários/sócios de um veículo de comunicação no país, em que muitos estão em nome de parentes, afiliados ou terceiros, em virtude da ocultação de seu patrimônio, mas principalmente, da ilegalidade prevista em dispositivo jurídico de um parlamentar ser proprietário radiofônico (LIMA, 2006, 2011; AIRES e SANTOS, 2017)

Outros 7 (Sandro Alex, Iris Simões, Ratinho Jr, Takayama, Oliveira Filho, Matheus Jensen e Ratinho) exercem/exerceram funções de radialista, locutor, apresentador em seus próprios meios de comunicação (exceção do deputado Werner Wenderer), inclusive há 3 que se inserem em uma programação estritamente evangélica (Takayama, Oliveira Filho e Matheus Jensen) – uma das bancadas políticas que mais crescem no Congresso Nacional.

Entretanto, entre os mais longevos em anos seguidos de mandato (Gustavo Fruet e Hermes Parcianelo) não foram encontrados, oficialmente, vínculos diretos nem indiretos com qualquer emissora de rádio de TV, e nenhum tipo de relação de clientelismo entre agentes do campo político ou personagens dotados de outros capitais, situação semelhante ao deputado federal Affonso Camargo, parlamentar que teve a vida política mais duradoura, 51 anos, sendo que 26 foram entre o Senado Federal e a Câmara de Deputados

4. AS RELAÇÕES DE PARENTELA E O CAMPO POLÍTICO

O outro entre estruturante, endógeno e vinculado ao coronelismo no qual foi proposto para análise neste artigo é a parentela⁶ e suas idiossincrasias. Sendo assim, parto da premissa que esse conceito importa na composição e na análise do campo do poder político e nas suas conexões multidisciplinares com as searas social e midiática em termos de longa duração. Suplementando a importância da família e seu estudo contemporâneo, paradoxalmente ela é

“[...] muito pouco estudado empiricamente pelas ciências sociais, tais como as conexões entre genealogia tradicionais e instituições políticas

⁶ Utilizo o termo parentela na concepção de forma *suis generis* de família que detém uma complexidade estrutural endógena, uma flexibilidade e uma multifuncionalidade, bem como trata-se de uma clientela, frequentemente constituída por afilhados, filhos, agregados, parentes próximos e distantes ou até mesmo pessoas que se consideraram parentes das outras de aceitação unilateral, em substituição ao conceito mais tradicional de família, pois me utilizo da interpretação de Kátia Matoso, em sua obra “*Bahia, século XXI – uma província no Império*”. Resumidamente, a parentela tem seu cimento social baseado nos laços consanguíneos, em alianças e até em relações espirituais.

(poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, empresas estatais, tribunais de contas, [mídia], cartórios e tabelionatos), quase nunca investigados sob o prisma do nepotismo, passam a ganhar novos sentidos e referências dentro de amplas redes sociais e políticas” (OLIVEIRA, 2012, p.75)

O núcleo da política brasileira é formada por poucas famílias, destaca Oliveira (2001). Restritos são os sobrenomes que permeiam o poder nas mais diversas áreas de poder. A política vem se tornando na prática um negócio familiar, que é a grande chave para entendermos a lógica e a performance do Estado brasileiro. Famílias no cenário nacional, tais como Surita Jucá (RR), Andrada (MG) e Maggi (RO) tem seus correlatos na origem e no próprio locus paranaense – Gurgacz, Macedo, Belinati e Borghetti Barros, entre várias outras, que podem ser analisadas na obra clássica de Ricardo Oliveira (2012), que aprofunda a rede de interesses formada pela convergência entre genealogia, relações de parentesco e poder político no estado paranaense.

Famílias essas que também têm valor preponderante na ocupação de posições de poder em campos interdisciplinares (midiático), pois auxiliam na interpretação da realidade política, social e econômica vigente no país, bem como sua organização e globalização são peças-chaves na formação e na sustentação de monopólios, de redes centrais e periféricas de poder assimétrico, de relações de nepotismo, de arranjos locais, regionais e federais e de trocas clientelísticas que compõem um sistema.

Sendo assim, baseado nos parlamentares da CCTCI constantes do quadro 1 e a fim de ilustrar essa relação quase indissociável entre estrutura de parentela, possíveis ações de clientelismo e arranjos de poder, será analisada a família do deputado Sandro Alex e seus secretários parlamentares.

Extrato biográfico: SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA. Nasceu em Ponta Grossa/PR, em 1972, advogado formado pela UEPG e locutor da Rádio Mundi⁷. Candidato à prefeitura de sua cidade em 2008, não obtendo êxito. Como primeiro cargo público, foi eleito deputado federal pelo PPS (PR), em 2010, com 95.840 votos, e reeleito pelo PSD para seu segundo mandato (2015-2019), com 116 mil votos, sendo o 14º candidato mais bem votado no estado. Tem como base municipal eleitoral prioritariamente seu município natal e a cidade vizinha - Castro.

⁷ Cf. <http://www.mundifm.com.br/locutor/sandro-alex/>

Casado com Patrícia Barros de Oliveira, dentista, funcionária de carreira da prefeitura de Ponta Grossa e empresária de uma franquia de casas de festas infantil na cidade. É irmão do atual prefeito pontagrossense, Marcelo Rangel, eleito para o mandato 2013-2016 e reeleito para o seguinte. Esse, antes, fora deputado estadual entre os anos 2006 e 2012.

Sua cunhada (esposa de Marcelo), Simone Kaminski Oliveira, foi ex-presidente das Damas dos Campos Gerais e, entre 2017 e 2020, foi secretária de Assistência Social do marido.

Seu pai são Nilson Paulino de Oliveira (ex-vereador do município de Ponta Grossa/PR e proprietário das rádios Mundi FM e Central AM, no mesmo município) e de Maria Luiza da Conceição Cruz de Oliveira que tem como cunhado, Ricardo Linhares (casado com a irmã de Maria Luiza e tio de Sandro), atual secretário de Administração e Recursos do município, bem como foi chefe de Gabinete do prefeito (2013-2016), presidente da Fundação Educacional de Ponta Grossa (FUNDEPO- TV Educativa), ambos no mandato de seu sobrinho, e diretor Administrativo do Teatro Guaíra (2011), no governo Beto Richa.

Como integrante da CCTCI foi 1º vice-presidente da Comissão entre fevereiro de 2017 e abril de 2018. É autor do projeto de lei, ainda em tramitação, que dispõe sobre o aparelho de telefonia celular com capacidade de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Frequência Modulada.

Conforme minha opção pela utilização do conceito de parentela, estendo a interpretação “mais tradicional” de família ou núcleo familiar a fim de incluir os “apadrinhados”, ou aqueles que não têm vínculos consanguíneos, que ocupam vagas de secretários parlamentares, no intuito de tentar inferir uma hipótese que esses selecionados participaram de alguma maneira de uma relação sistêmica clientelística. Todavia, essas suposições carecem de mais aprofundamento e tempo de pesquisa. São apenas chaves de pesquisas futuras.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados⁸, estão lotados no gabinete do deputado federal Sandro Alex, em maio de 2018, os seguintes secretários:

QUADRO 2 – SECRETÁRIOS PARLAMENTARES DO DEPUTADO SANDRO ALEX E VÍNCULOS POLÍTICOS E FAMILIAIS DIVERSOS

⁸ Cf http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/servidores/lotacao/consulta-secretarios-parlamentares/layouts_transpar_quadroremuner_consultaSecretariosParlamentares

SECRETÁRIO	OUTROS VÍNCULOS
Adriana Cunha Baptista	Não constatado
Carla Mendes Hidalgo de Oliveira	Não constatado
Daniele Aparecida Antunes dos Santos	- Servidora de Gabinete do então-deputado estadual Marcelo Rangel
Edmilson Ferreira	- Servidor de Gabinete do então-deputado estadual Marcelo Rangel
Emilisa Queiroz Frasson	- Doadora de R\$ 300 para a campanha de 2014 - Representante da Rádio Mundi no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - Vínculos com Patrícia Barros de Oliveira (falta aprofundamento)
Enéas Jeferson Melnisk	- Ex-vereador de São Mateus do Sul (2008-2012) - Candidato a vice-prefeito não eleito pelo PPS - Ex-secretário de Finanças e ex-presidente da Câmara de vereadores do mesmo município
Eurides Lucilene Dorigo Macedo	- Sobrinha do ex-deputado estadual Terílio Turini - Coordenadora do Centro Desportivo do Conjunto Marília Cecília, em Londrina, à época que seu tio era o secretário municipal de Governo
Iône Tomaz Pereira de Camargo	Ex-secretária municipal de Cultura e Turismo do município de Ventania - Esposa do ex-prefeito Ocimar Roberto de Camargo (2008-2012) que foi acusado de nepotismo quando chefe do executivo do município
José Antônio da Silva	Não constatado
José Brustolin Neto	-Ex-chefe de Gabinete do deputado estadual Marcelo Rangel
José Gentil Gomes	-Ex- secretário de Obras do município de Wenceslau Braz. - Candidato a prefeito não eleito do mesmo município, em 2016
Luiz Eduardo Pimentel da Silva	Não constatado
Marcelo Jacob Valente	- Candidato a vereador inapto no município de Ibaiti
Vânia Maria Santos	Não constatado
Vinícius Leopoldo Correa Leal	Não constatado

FONTE: Câmara dos Deputados; TSE; site de prefeituras municipais; site de mídias locais;

Resumidamente, observamos que há secretários que já tiveram vínculos prévios com o deputado; existem aqueles que tiveram mandatos políticos em cidades de porte pequeno; outros foram doadores para campanha eleitoral; há os ex-funcionários de seus irmão Marcelo Rangel; existem os amigos da família e os parentes de aliados políticos; sem contar aqueles em que, ainda, não foi possível descobrir relações de clientelismo entre o parlamentar e seu secretariado. É possível verificarmos uma grande evidência da apropriação de cargos públicos mediante interesses privados, entretanto, mapear os motivos dessa troca de favores é que o verdadeiro trabalho hercúleo do pesquisador que nem sempre é exitoso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clientelismo é uma característica marcante nos diversos campos de poder do Estado brasileiro. É um conceito de interpretação plural e díspar dentro das matrizes de ensino acadêmico. Contudo seu entendimento é condição prévia para interpretarmos o *status quo* dos arranjos da pequena política atual que é fruto residual de tempos históricos prévios.

Justaposto a esse conceito, inserem-se as questões da parentela, seus diversos agentes integrantes e as suas demandas público-privadas. Esses dois conceitos são integrantes de um ente macro (coronelismo) que, além de integrar o campo político, faz conexões com os espaços de poder econômico e midiático (coronelismo eletrônico).

Neste contexto midiático, se utilizando da importância da CCTCI na condução de políticas públicas comunicacionais, podemos verificar traços evidentes de clientelismo, de uma relação assimétrica de poder e de barganha entre as partes envolvidas nesse jogo de interesses que emprega a coisa pública em prol de demandas pessoais e de terceiros e que utiliza a parentela como forma de construção e sustentação de uma rede de poder flexível, intercambiável e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017

ANTONELLI, Diego. Cidades “caçulas” ainda dependem da União. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/cidades-caculas-ainda-dependem-da-uniao-a6y kz5jv9v4rezu7r3zdgrk9a>. Acessado em: 23 out. 16

BAYMA, Israel. A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil. **Revista Electrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, v.3, n° 3, set.-dez de 2001, p.140-171.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Clientelismo, internet e voto: a campanha online dos candidatos a vereador no Brasil Meridional no pleito de outubro de 2006. **Revista Compólitica**, v.2, n.1, ed. jan-jun, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regime Interno da Câmara dos Deputados**: aprovado pela resolução nº17, de 1989. 18 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: **Pontos e bordados: escritos da história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

CHAGAS, Genira. **Rádiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GAZETA DO POVO. **Políticos são donos de 15% das rádios no PR**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/politicos-sao-donos-de-15-das-rádios-no-pr-4yblfkq2j71gis2l4g8qals26>. Acessado em: 14 abr. 18

LIMA, Venício. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006

_____. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Editora Paulus, 2011.

MATTOS, Laura. Governo usa Fome Zero como critério para distribuir rádios e PT patrocina emissora pirata em Guaribas. Página A4, **Folha S.Paulo**, de 6 out. 2003.

MOSER, Sandro; WURMEISTER, Fabíola. Maioria das cidades do PR depende de recursos externos para sobreviver. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/maioria-das-cidades-do-pr-depende-de-recursos-externos-para-sobreviver-2aeypvjk80dt1w3jbm2rbo18u>, Acessado em: 23 out. 16

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

PIATTONI, Simona. Clientelism in historical and comparative perspective. In: _____. **Clientelism, Interests and Democratic Representation**. Cambridge University Press: 2001

QUADROS, Claudia; LOPEZ, Debora; BESPALHOK, Flávia. Panorama do rádio em Curitiba. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2011.

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um conceito. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 77-101.

VEJA. **Concessões em exame**. 27 de março de 1985

VOITCH, Guilherme. 80% dos municípios do PR são altamente dependentes da União. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/80-dos-municipios-do-pr-sao-altamente-dependentes-da-uniao-b1lsvgao4y7e5xc787o8itutq>. Acessado em: 23 out. 16